

**Os Sentidos do Cooperativismo:
entre a Autogestão e a
Precarização do Trabalho**

À
Arakcy Martins Rodrigues,
portentosa e querida mestra,
sempre presente em nossos corações.

Fábio de Oliveira

Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Coeditor do periódico Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (ISSN 1516-3717). Graduou-se em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e é mestre em psicologia social pela mesma universidade. Doutorou-se em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mais recentemente, realizou estudos de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da PUC-SP e é membro do GT "Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade" da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Os Sentidos do Cooperativismo: entre a Autogestão e a Precarização do Trabalho



LTR[®]



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-001

São Paulo, SP – Brasil

Fone: (11) 2167-1101

www.ltr.com.br

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: Peter Fritz Strotbek

Projeto de Capa: Fabio Giglio

Impressão: Cometa Gráfica e Editora

Janeiro, 2014

Versão impressa - LTr 4719.1 - ISBN 978-85-361-2753-8

Versão digital - LTr 7713.8 - ISBN 978-85-361-2888-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Fábio de

Os sentidos do cooperativismo : entre a autogestão e a precarização
do trabalho / Fábio de Oliveira. — São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia.

Autogestão 2. Cooperativas 3. Cooperativismo — Brasil 4. Psicologia
social 5. Relações de trabalho I. Título.

13-11497

CDD-302.14

Índice para catálogo sistemático:

1. Cooperativismo : Relações de trabalho:
Psicologia social 302.14

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	9
1. Introdução	13
2. Psicologia social, trabalho e cooperativismo	19
Relações de trabalho, heterogestão e autogestão.....	21
Materialidades e sentidos.....	25
Sobre conversas, tramas e costuras	33
3. Contexto das experiências atuais de cooperativismo	37
Cooperativas de mão de obra	39
Economia solidária.....	40
4. Arranjos locais	45
Sobre as cooperativas e seus sócios.....	46
Gestão da cooperativa e gestão do trabalho.....	48
Assembleias e reuniões.....	50
Conselheiros, gestores e coordenadores	52
Chefes, patrões e empregados.....	56
Sócios-trabalhadores ou trabalhadores autônomos?.....	59
Entre o “casamento” e o descompromisso	60
Autonomia e responsabilidades.....	64
Entre o repúdio à subordinação e a segurança relativa da CLT	68
Cooperativismo e estratégias de sobrevivência.....	71
As cooperativas solicitam novos posicionamentos em relação ao trabalho.....	72
5. Relações de trabalho e sentidos	75
Autogestão e gestores profissionais?	78
A dimensão política.....	83
Patrão? Não, Obrigado!.....	84
6. Conclusões	87
Referências bibliográficas	89

Prefácio

Nos anos de 1990, no Brasil, tivemos níveis expressivos de desemprego. As mudanças tecnológicas, a reestruturação produtiva e as novas formas de gestão e de organização do trabalho são fenômenos relacionados àqueles altos níveis de desemprego. Em nosso contexto, esse fenômeno também tem gerado respostas como a criação de cooperativas. Ao olharmos mais de perto o crescimento de empreendimentos cooperativos, deparamo-nos com uma realidade bastante heterogênea, e é isso o que Fábio de Oliveira nos mostra.

O título que Fábio atribuiu ao livro é preciso: Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho. De um lado, a palavra “cooperativa” abriga e justifica iniciativas de empreendimentos solidários, com franca possibilidade de participação dos trabalhadores-cooperados; de outro, essa mesma palavra permite que trabalhadores vejam-se desprotegidos socialmente, pois escamoteia relação de trabalho assalariado precário. Há distinções sutis entre os diferentes tipos de cooperativa, mas que podem significar a burla da garantia de direitos trabalhistas.

Fábio de Oliveira evidencia a diversidade de entendimentos do termo “cooperativa”, que remete a diferentes tipos de relações de trabalho, a diferentes tipos de estrutura de poder, a formas distintas de participação nas diferentes cooperativas, à relação entre gestão da cooperativa e gestão do trabalho. Referem-se a cooperativas de consumo, de crédito, de mão de obra e de produção.

Mas, esses diferentes tipos de cooperativas implicariam em diferentes vivências dos/as trabalhadores/as?

A partir de uma genuína leitura de Psicologia Social do Trabalho, o autor mostra sua competência como pesquisador, ao articular teoria e empiria de modo equilibrado.

Fábio nos mostra a diversidade de sentidos que o termo “cooperativismo” adquire e também nos conduz a ver como tais sentidos sustentam práticas diferentes e estão vinculados a contextos materiais diferentes.

Por meio de conversas e entrevistas com pessoas que trabalham em diferentes cooperativas, constatou-se que elas podem visualizar espaços mais ou menos amplos de participação na cooperativa. Mas, para alguns, a assembleia dos cooperados é vivida como algo distante de seu cotidiano, reduzindo-se a uma instância burocrática.

Outro aspecto destacado no estudo, e que se vincula a diferentes sentidos, é o fato de os trabalhadores/as escolherem ou não organizarem-se em um empreendimento cooperativo. Algumas situações praticamente obrigam os trabalhadores a trabalharem sob esse tipo de vínculo, sob pena de perderem sua fonte de rendimento.

Distintos níveis de rendimento também são observados nas diferentes cooperativas, quando comparados com os trabalhos e empregos anteriores. Em alguns casos, os valores não diferiam daqueles obtidos nos antigos empregos; em outros, a retirada possibilitada pela cooperativa significava condições financeiras mais favoráveis.

Os processos organizativos que dinamizam as cooperativas estão presentes e remetem à micropolítica, pois exigem negociação no dia a dia de trabalho.

Como ressaltado no texto a seguir, há alguns temas que se destacam nas conversas e nas entrevistas com trabalhadores/as cooperados/as: a gestão da cooperativa e a gestão do trabalho; assembleias, reuniões, conselheiros, gestores, coordenadores, chefes, patrões e empregados; sócios-trabalhadores ou trabalhadores; “casamento” e descompromisso com a cooperativa; autonomia e responsabilidades; repúdio à subordinação e segurança relativa da CLT; cooperativismo e estratégias de sobrevivência; novos posicionamentos em relação ao trabalho solicitados pelas cooperativas.

O livro de Fábio de Oliveira contribui para o entendimento da complexidade de um fenômeno multifacetado que é o cooperativismo, o que bem pode ser apresentado com a lente da psicologia social do trabalho: apreender os sentidos atribuídos pelas pessoas à sua vida de trabalho.

Além disso, a pesquisa de Fábio de Oliveira oferece espaços de diálogo entre o quadro legislativo no campo do trabalho e a psicologia social do trabalho, mostrando cenários críticos e perigosos para conquistas trabalhistas havidas pela classe trabalhadores no Brasil, bem como para os limites de se adotar como parâmetro a relação de trabalho assalariado.

Boa leitura!

17 de dezembro de 2013

Leny Sato

Professora Livre Docente do Departamento de
Psicologia Social e do Trabalho do Instituto
de Psicologia da Universidade de São Paulo

Apresentação

Este livro é a versão integral da tese de doutoramento em Psicologia Social defendida em 2005 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do professor Peter Kevin Spink.

Embora o universo do cooperativismo não se reduza aos empreendimentos formados por trabalhadores, foi o trabalho que me trouxe às cooperativas. De partida, a temática em si do trabalho humano, as questões filosóficas e psicossociais a ele relacionadas. Em seguida, a minha própria atuação profissional como psicólogo social, que direcionei e que, ao mesmo tempo, impeliu-me para esse campo. Nesse percurso, foi da preocupação com os processos cotidianos e com o controle dos trabalhadores sobre o trabalho que se originaram as inquietações autogestionárias que inspiraram este estudo.

Essas inquietações alimentaram-se dos debates e das impertinências da psicologia social do trabalho em relação à visão gerencial tradicional e, não foi por acaso, que as cooperativas de trabalhadores, isto é, as “empresas sem patrões”⁽¹⁾, foram eleitas como objeto desta pesquisa.

Em síntese, as pesquisas em psicologia social do trabalho e em áreas afins têm conseguido mostrar que:

“Se a organização enquanto um todo não é mais que um rastro da atividade que já passou, uma sombra pálida de um fenômeno multidimensional que desaparece quando a luz é acesa, segue que esses empreendimentos diversos de todos os tipos funcionam não porque as pessoas são administradas e direcionadas, mas porque a concentração de processos que seus cotidianos representam serve de ímã para o uso das caixas coletivas de ferramentas organizativas mundanas desenvolvidas ao longo da história social. *Em última análise, pessoas sabem se virar*” (Peter Spink, 1996, p. 188, itálicos nossos).

Ora, se mesmo na heteronomia da fábrica fordista é possível revelar — afastado o mascaramento pela ideologia gerencial — uma capacidade organizativa autóctone ou, ao menos, as tentativas astuciosas e ambíguas de recuperar o controle sobre o trabalho (Sato, 1998), o que dizer dos empreendimentos ditos autogestionários?

Se a participação aparece como uma espécie de farsa no pós-fordismo (Antunes, 1999; Busnardo, 2003; Marazzi, 1999) — quando trabalhadores são convidados a “vestir a camisa da empresa” e a pensarem como patrões sem o serem de fato —, ela poderia ser, ao menos em princípio, passível de concretização nas cooperativas que fazem jus às ideias autogestionárias, isto é, teríamos terreno fértil para ver a participação ultrapassar a esfera da produção e atingir a esfera ampla da gestão do empreendimento.

(1) Tomo emprestado, convertido para o plural, o título do livro organizado por Vieitez (1997).

Foi por esse viés que os temas relacionados ao cooperativismo e à autogestão passaram a fazer parte da disciplina de psicologia social do trabalho que leciono — apresentados como contrapontos para as discussões sobre taylorismo-fordismo e toyotismo — e parte dos estágios que ofereço tanto na PUC-SP, quanto no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho do Instituto de Psicologia da USP⁽²⁾.

Esse não foi um percurso solitário e, se o assunto começou a circular aos poucos nos meios universitários, em alguns anos já parecia estranho falar do mundo do trabalho sem fazer considerações sobre esse tipo de organização.

O meu caminho inicial até as cooperativas foi proporcionado pelas incubadoras universitárias e por vários companheiros ligados a elas de algum modo. Desde 1998, acompanhava com interesse o trabalho da ITCP-USP, de alunos e de amigos que atuavam como incubadores. A discussão tomava corpo também na PUC-SP e a partir de 2001 começamos a articular a formação de mais uma incubadora universitária, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da PUC-SP.

Diversos foram, nesse período, os contatos com cooperados e cooperativas para conhecer o funcionamento desses empreendimentos, saber quem eram aqueles trabalhadores e para propor discussões.

Contatos com cooperativas e instituições diversas, proposição e acompanhamento de estágios, discussões com alunos de graduação, o processo de formação da ITCP PUC-SP e a participação, no início, em alguns de seus projetos representaram um mergulho no campo do cooperativismo, em suas questões e algumas coisas chamaram-me muito a atenção.

Primeiro, o entusiasmo das pessoas com o tema: há muito não surgia entre nós uma ideia que estimulasse tanto a imaginação utópica. Ao mesmo tempo, ao acompanhar o trabalho de incubação, preocupavam-me as diferenças, por vezes marcantes, entre os sonhos dos incubadores e os sonhos dos trabalhadores que constituíam suas cooperativas.

Segundo, a diversidade de formas que os empreendimentos designados “cooperativas” assumiam e todo o debate sobre o que, para além da legalidade formal, caracterizaria uma cooperativa dita “autêntica”.

Isso tudo fez pensar que, se os movimentos sociais promovem uma versão do cooperativismo, ela não é, de longe, a única nem a mais difundida. Há, e procuraremos mostrar isso nas páginas que seguem, uma profusão de formas que as práticas e as ideias sobre o cooperativismo assumem em nosso contexto. Isso, como não poderia deixar de ser, leva a algumas confusões e, o mais importante, cria algumas armadilhas.

Então, afinal, que relações de trabalho as cooperativas que proliferam pelo país acabam por construir? E, ao mesmo tempo, que sentidos o cooperativismo adquire a partir de cada uma dessas experiências concretas?

(2) Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

O texto a seguir representa uma tentativa de explorar essas questões.

O Capítulo 1 apresenta um panorama do problema e das questões que motivaram a pesquisa.

O Capítulo 2 convida o leitor a percorrer os caminhos teóricos que levaram à construção do objeto, ao mesmo tempo que apresenta a maneira como compreendemos as relações de trabalho e os sentidos e que descreve a forma como a pesquisa foi realizada e as questões metodológicas que nos acompanharam durante as etapas de sua realização.

O Capítulo 3 apresenta o contexto das experiências atuais de cooperativismo procurando identificar as condições que permitiram o surgimento de diferentes tipos de cooperativas.

O Capítulo 4 detalha os principais “elementos de montagem” que se articulam para compor as diferentes relações de trabalho e os sentidos do cooperativismo produzidos localmente. É lá que nos debruçamos sobre as conversas mantidas com sócios de diversas cooperativas (cooperativa de mão de obra, cooperativa industrial e cooperativas populares) e sobre alguns debates relevantes travados no interior do campo.

Por sua vez, a discussão desenvolvida no Capítulo 5 retoma as conjecturas teóricas à luz do que pudemos apreender a partir das conversas com os cooperados e de suas vivências no trabalho.

Finalmente, o Capítulo 6 busca refletir sobre as implicações da pesquisa e sobre aquilo que ela “fez pensar”.

1 – Introdução

Assistimos, desde a década de 1990, no Brasil, ao crescente interesse de vários setores sociais pelo cooperativismo. Esse interesse demonstra-se, por exemplo, pelo maior número de empresas formalmente registradas como cooperativas nesse período, pelo número cada vez maior de publicações sobre o assunto, pelo surgimento de organizações destinadas a fomentar a constituição de cooperativas ou empreendimentos semelhantes, pela inclusão do cooperativismo entre as políticas sociais públicas de governos de diferentes orientações políticas, pelo crescente debate em torno da chamada “economia solidária” (Singer, 2002).

Para se ter uma ideia desse crescimento, segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), foram abertas no período compreendido entre 1980 e 1989, um total de 766 novas cooperativas. Na década seguinte, observou-se um salto significativo: 3.340 novas cooperativas foram constituídas entre 1990 e 1999. E mais 1.636 surgiram entre 2000 e 2003.

A OCB contabilizou em dezembro de 2003 um total de 7.355 cooperativas em atividade no país, distribuídas, segundo classificação⁽³⁾ da própria entidade. Vale lembrar que o registro de cooperativas na OCB não é obrigatório.

Note-se também que a OCB não representa mais o conjunto das cooperativas do país, especialmente aquelas pertencentes ao que Pinho (2003) chamou de “vertente solidária”, em oposição à “vertente pioneira”. Isto é, uma parte considerável das chamadas “cooperativas populares” não consta dos registros oficiais da OCB.

Ainda não há informações precisas sobre o número de empreendimentos de economia solidária no país, mas dados preliminares de um amplo levantamento⁽⁴⁾, ainda em andamento, conduzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (2005a, 2005b) indicam a existência de 9.593 empreendimentos espalhados pelo território nacional, dos quais, 1.373 estão organizados como cooperativas⁽⁵⁾.

Nesse universo de cooperativas incluem-se aquelas nas quais pessoas se reúnem para consumir algum tipo de bem ou serviço, para ter acesso a crédito ou, em um número considerável de casos, para oferecer mão de obra ou serviços, produzir ou comercializar bens.

(3) Ramos de atividades considerados nessa classificação: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho e turismo e lazer. Essa classificação é muito curiosa se considerarmos as várias sobreposições que se revelam mesmo em uma análise superficial.

(4) Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Os dados referem-se a agosto de 2005. Falaremos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) mais adiante.

(5) Demais tipos de empreendimentos de economia solidária, além das cooperativas, segundo a classificação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: 2.062 grupos informais, 5.275 associações, 77 empresas autogestionárias, 59 redes ou centrais e 197 empreendimentos classificados como “outros”.

É esse último conjunto de cooperativas — que segundo as diversas classificações poderiam ser chamadas de cooperativas de produção, de serviços, de trabalho e que têm em comum o fato de acenarem com a possibilidade de geração de renda para seus sócios —, que tem se destacado nas propostas econômicas contemporâneas de resposta à crise do emprego (Singer, 1998; Singer & Souza, 2000; sobre a crise: Antunes, 1999; Mattoso, 1995; Pochmann, 1999).

Estamos falando de empreendimentos que se apresentam como alternativa ao trabalho assalariado, no interior dos quais se pode encontrar terreno profícuo para o estabelecimento de relações de trabalho distintas daquelas que acompanham a produção nos moldes capitalistas.

Várias cooperativas de trabalhadores e empresas geridas por ex-empregados surgiram na década de 1990 a partir, dentre outras razões, da falência de empresas tradicionais, que foram reerguidas por trabalhadores com o apoio de seus sindicatos ou de outras organizações (Anteag, 2003; Esteves, 2004; Holzmann, 2001; Oda, 2001).

Exemplos desse fenômeno são as cooperativas da União e Solidariedade das Cooperativas (UniSol), que congrega empreendimentos de diversos ramos de atividades, especialmente cooperativas industriais da região do ABC Paulista surgidas da massa falida de empresas privadas (Oda, 2000). Destacam-se aqui a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no auxílio à formação desses empreendimentos e suas tentativas de renovar as formas de ação sindical diante da nova ordem econômica.

Um segundo exemplo é a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag), fundada em 1994. Embora boa parte das empresas a ela associadas sejam registradas como cooperativas, a Anteag não se define como uma associação de cooperativas, mas de “empresas de autogestão”. Isso porque, independentemente da figura jurídica da empresa, pretendem salientar a ênfase que conferem ao controle da gestão pelos trabalhadores, por compreenderem que por si só o termo “cooperativa”, pela sua história, não o faz, especialmente no que se refere às cooperativas de consumo⁽⁶⁾ e à possibilidade legal, embora limitada, que têm as cooperativas de contratar empregados. A Anteag assessora empresas já existentes, estimula a formação de novos grupos e congrega mais de uma centena de empreendimentos autogestionários.

Sobre a organização de empreendimentos dirigidos pelos próprios trabalhadores, Nakano (2000) comenta:

“Essa ação pró-ativa de trabalhadores, buscando uma saída para o desemprego, é o primeiro elemento explicativo do surgimento da Anteag, uma ação que não pode ser interpretada única e exclusivamente como uma tentativa desesperada de manter os postos de trabalho. Ela precisa e deve ser entendida no âmbito de um determinado setor sindical que buscava, de

(6) Singer (2002), por exemplo, refere-se ao longo debate a respeito da autogestão no cooperativismo de consumo e de seu caráter essencial ou não para esse tipo de cooperativa (p. 49).

maneira autônoma, novas formas de agir e de enfrentar questões do mundo do trabalho, ultrapassando os limites da reivindicação de melhores salários e das relações patrão e empregado” (p. 67).

Como forma de articular e fomentar iniciativas semelhantes, a Central Única dos Trabalhadores lançou no mesmo período a sua Agência para o Desenvolvimento Solidário (ADS), cujo objetivo é, nos termos da própria ADS, a formação para a autogestão, a economia solidária e o desenvolvimento local (Magalhães & Todeschini, 2000).

Por sua vez, também a partir de meados da década de 1990, diversas universidades brasileiras lançam suas incubadoras de cooperativas, que, através de atividades de extensão, contribuem com grupos populares na formação de cooperativas ou de associações⁽⁷⁾.

A Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro fundou, em 1995, a primeira das Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Guimarães, 2000, 2002). Em 2005, eram 15 as incubadoras universitárias⁽⁸⁾ espalhadas pelo país e interligadas pela rede de ITCPs. Outras universidades já se preparam para seguir o mesmo caminho.

A contribuição das universidades também envolve uma crescente produção acadêmica, demonstrada pelo volume de dissertações e teses que começam a ser defendidas em todo o país sobre o tema nas mais diversas áreas, como administração, direito, ciências econômicas, ciências sociais, engenharia, psicologia, dentre outras.

E não só trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais e universidades têm voltado suas atenções para as cooperativas. Muitos governos têm incluído o cooperativismo em suas propostas de geração de emprego e renda, como é o caso das Prefeituras de Santo André (Cunha, 2002) e de São Paulo (Pochmann, 2002), só para citar os exemplos mais próximos. A Prefeitura do Município de São Paulo, na gestão de 2001 a 2004, criou a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e lançou em agosto de 2001 o Programa Oportunidade Solidária. A Prefeitura Municipal de Santo André, no mesmo período, lançou o Programa Incubadora de Cooperativas e Associações e, em parceria com a CUT, a Central de Emprego e Renda.

O Governo Federal, por sua vez, criou em junho de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que, não por acaso, ficou sob o comando do Ministério do Trabalho e do Emprego.

A Senaes surge paralelamente ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que nasceu das plenárias nacionais que se seguiram à criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária durante o primeiro Fórum Social Mundial em 2001, sendo criado durante a terceira plenária, em 2004, como estratégia para mobilizar e articular o movimento pela economia solidária no país.

(7) Embora as associações sejam sem fins lucrativos, elas podem comercializar em consignação os produtos de seus associados como forma de prestação de serviços a eles (Veiga & Rech, 2001, p. 38).

(8) Em relação à PUC-SP, sua ITCP iniciou as atividades em maio de 2001 e oficializou-se internamente em 2003.

O fomento ao cooperativismo e à economia solidária tem sido apresentado nos últimos anos como parte de propostas de intervenção social sobre a pobreza e o desemprego, como alternativa de sobrevivência para aqueles que se situam nas margens do sistema econômico vigente.

Mas, se o que se chama cooperativismo hoje guarda semelhanças com o cooperativismo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale e com experiências anteriores (Singer, 1999) ou com o sempre referido modelo basco de Mondragón (Kasmir, 1996; MacLeod, 1997; White & White, 1988), essas são questões a serem investigadas.

O que há, com alguma certeza, é a escolha dessas experiências (que por décadas estiveram distantes do centro das atenções acadêmicas, políticas e sindicais) como um modelo possível. Escolha feita por parte de grupos sociais que só recentemente adentraram o campo do cooperativismo. Esse acontecimento sugere algo como o surgimento de um “novo cooperativismo”. Segundo Singer (2002):

“O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (p. 111, itálicos do autor).

O cooperativismo de hoje não é apenas um conjunto de práticas que ecoa as experiências do século XIX que foram reunidas sob o rótulo “cooperativismo”. Ele também comporta uma figura jurídica, já que as cooperativas brasileiras atuais são regidas pela Lei n. 5.764 de 1971 e a primeira legislação sobre a matéria data de 1932, a Lei n. 22.239.

Tomada como uma figura jurídica, a cooperativa se coloca como um dos modos de empreender que está dentro dos marcos da legalidade e credenciado a frequentar o mercado formal, isto é, ao lado do trabalho assalariado e do trabalho autônomo, o trabalho associado figura como uma das modalidades socialmente reconhecidas de utilização do trabalho humano.

Na ausência de empregos, essa figura jurídica acena aos trabalhadores organizados com a possibilidade de geração de renda. Por outro lado, em um cenário em que empresas buscam a flexibilização das relações de trabalho, as cooperativas foram descobertas como um caminho para a terceirização da mão de obra, como as empresas que estimulam seus funcionários a formarem cooperativas, as quais passam a prestar serviços às primeiras (Carelli, 2002; Singer, 2004).

Muitas das cooperativas de mão de obra ou as mal nomeadas “cooperativas de trabalho” são um exemplo desse recurso. Essas cooperativas vendem força de trabalho simplesmente, “mercadoria” cuja comercialização já é regulada e restringida no país pela Consolidação das Leis do Trabalho. As empresas que a compram dessa maneira livram-se de todos os encargos trabalhistas e responsabilidades que envolvem a contratação de trabalhadores segundo a legislação vigente, pois, do ponto de vista legal, assinam contratos com uma outra pessoa jurídica, a cooperativa, e não com trabalhadores assalariados, os quais, por sua vez, são, em geral, submetidos às mesmas relações de

trabalho que vigorariam se estivessem contratados individualmente como assalariados. E com um agravante: com nenhum tipo de garantia prevista para os trabalhadores com “carteira assinada”.

Dowbor (2002), em análise semelhante, afirma:

“Mais recentemente, têm surgido as ‘pseudocooperativas’, que consistem em formas disfarçadas de terceirização: um elo da cadeia produtiva de determinada empresa é desmembrado, e confia-se sua produção a um grupo de trabalhadores, que perdem a relação empregatícia e os direitos sociais e passam a ser fornecedores autônomos da mesma empresa. É importante notar que, nesse vínculo, não se constrói nenhuma das formas ricas de capital social que o cooperativismo pode gerar, quando obedece a uma visão de solidariedade social e uma cultura de colaboração” (p. 43).

Referindo-se a esses empreendimentos como “cooperativas pragmáticas”, Lima (2004) tece o seguinte comentário:

“Mais que cooperativas com propostas autogestionárias de autonomia dos trabalhadores, elas podem ser chamadas de ‘pragmáticas’ ou, em outros termos, voltadas à terceirização de atividades com o objetivo de reduzir custos com a força de trabalho. E a aceitação pelos trabalhadores é igualmente ‘pragmática’: a manutenção de emprego” (p. 51).

A utilização da cooperativa como caminho para a flexibilização do trabalho também é apontada por Kasmir (1999) como um resultado da acumulação flexível de capital e seu desdobramento nas formas de produção, o pós-fordismo. E há quem as defenda com o argumento de que são uma alternativa diante do crescente desemprego.

É necessário reconhecer que o cooperativismo, nesses casos, passa a estar apenas a serviço da flexibilização das relações de trabalho e parece trair as razões históricas que o fizeram surgir no seio dos movimentos de trabalhadores como expressão da resistência à exploração do trabalho e da recusa à subordinação.

Observam-se, então, cooperativas que são formadas sob a urgência da geração de empregos e que, por essa razão, acabam deixando de lado a preocupação com a autogestão, tão cara às propostas da economia solidária, o que confere uma outra feição a esses empreendimentos.

Se, na economia solidária, o cooperativismo aparece como alternativa à produção capitalista, para os empresários que terceirizam sua mão de obra, elas são, ao contrário, uma das estratégias de diminuição de custos de produção e de transferência de riscos do mercado. Para governos que cumprem promessas de geração de empregos e buscam resultados imediatos, as cooperativas podem ser apenas uma das formas de combate ao desemprego, sem a pretensão de constituição de novas formas de relações de trabalho ou de alternativas solidárias ao capitalismo. Para os trabalhadores sem emprego, elas podem aparecer tanto como um caminho para a emancipação, quanto como um meio

de sobrevivência equivalente ou até mesmo inferior ao vínculo empregatício ou ao trabalho autônomo.

Nas palavras de Ide (2004):

“Os diferentes sentidos dentro do campo-tema demonstram que não é o cooperativismo que se expande pela sociedade como algo que tivesse vontade própria, mas são setores da sociedade que se utilizam dele atendendo formas diferenciadas de atuação. A impressão que se possui é que todos falam da mesma coisa, e ao mesmo tempo, de coisas diferentes. É como se o termo (as cooperativas ou o cooperativismo) fosse o mesmo para todos, mas a compreensão do sentido fosse diferente para cada instituição” (p. 99).

Como essa breve exposição sugere, várias são as formas pelas quais o cooperativismo como forma de trabalho nos grandes centros urbanos se apresenta hoje. Cada uma delas responde a interesses e sonhos muito diferentes entre si, materializam-se em práticas e constituem-se com sentidos muito diversos. É justamente da constatação dessas diferenças que se origina o interesse pela realização da presente pesquisa. Cabe investigar que formas assumem as relações de trabalho estabelecidas no interior das cooperativas a depender da conjunção dos elementos que as diferenciam ou que as tornam semelhantes. Cabe investigar o processo de “montagem” que as faz ser com são.

Como é a vivência dos cooperados em cooperativas tão diferentes? Como são as relações de trabalho que se estabelecem nessas cooperativas concretas? Em que sentidos essas relações se traduzem?

E, pensando um pouco mais longe, que horizontes políticos (e que mundos possíveis) cada uma dessas versões do cooperativismo descortinam diante de nós?